

**FETZNER, Andréa Rosana (Org.).
Avaliação: desejos, vozes, diálogos e processos.
Ciclos em revista, v. 4.
Rio de Janeiro: WAK, 2008. 250 p.**

Rosani Siqueira*

Avaliação: desejos, vozes, diálogos e processos é o quarto volume da coleção Ciclos em Revista, organizada por Andréa Rosana Fetzner. Esse volume é constituído por 14 artigos de estudiosos brasileiros sobre avaliação e escola ciclada, distribuídos em cinco partes. São elas: o controle do outro pela escola; as possibilidades de avaliar sem reprovar; as vozes da escola; diálogos entre teorias; e resultados de pesquisa. A presente resenha está estruturada com base nessa divisão, já que a mesma demonstra a amplitude do conceito de avaliação em seu entrecruzamento com a educação.

A primeira parte, intitulada *Avaliação e o desejo de controlar o outro na escola*, é constituída pelos textos de Fillipa Seabra com José Augusto Pacheco, e de Maria Teresa Esteban. A relação entre a psicanálise e a educação é discutida no texto que abre o quarto volume. Apesar de Seabra e Pacheco não tratarem especificamente da avaliação escolar, pode-se inferir, a partir das idéias apresentadas por eles, que não se justifica a mensuração do conhecimento adquirido pelos alunos ao longo de um tempo, pois o aprender envolve o desejo, resultado de uma incompletude humana. Além disso, a compreensão da existência de um inconsciente que não se pode controlar ou conhecer possibilita modificações no campo da educação, principalmente porque passamos a nos relacionar com o outro, abrindo-nos para a escuta desprendida de intenções corretivas e também permitindo o imprevisto próprio das relações humanas. Nesse sentido, Seabra e Pacheco argumentam que os estudos advindos da psicanálise podem contribuir não apenas para se compreender a dimensão do desejo para a aprendizagem tanto de alunos quanto professores, como também para romper com o modelo rígido, castrador e adaptativo utilizado, de modo geral, pelas escolas.

Maria Teresa Esteban discute a difícil relação entre inclusão-exclusão nos processos de avaliação escolar. Expõe a complexa luta pela universalização e democratização do ensino em detrimento da desigualdade social. Mostra, principalmente, como as práticas de democratização no ensino não anulam a existência da desigualdade social, ou seja, apesar da garantia do acesso de todos à escola, a sociedade brasileira não conseguiu romper com a

exclusão social. Segundo a autora, os debates sobre avaliação incidem sobre a técnica, os instrumentos e os procedimentos usados, não sendo capazes de produzir reflexões sobre “a exclusão social que se cruza à função classificatória da avaliação que, mesmo redefinida, se mantém na base do processo de regulação da aprendizagem, proposto como sentido predominante da avaliação da aprendizagem”. (p.43). Perpetuam-se as práticas de classificação, mensuração, comparação e hierarquização, inclusive envolvendo os próprios sujeitos submetidos à avaliação. Tais práticas serão modificadas apenas quando os sujeitos escolares forem ouvidos e suas vozes valorizadas, conforme conclui Esteban.

Os artigos de Claudia de Oliveira Fernandes, Karla R. Ramirez de Souza e Márcia Aparecida Jacomini compõem a segunda parte do quarto volume de Ciclos em Revista. As três estudiosas discutem as *possibilidades de avaliar sem reprovar* em contextos de escolas e redes organizadas em ciclos. Fernandes e Souza analisaram depoimentos de professores: enquanto a primeira enfatizou o Projeto Agir, desenvolvido para melhorar o desempenho de alunos durante o processo de alfabetização em uma escola municipal de Niterói/RJ, a segunda ampliou a discussão ouvindo professores do Rio de Janeiro sobre as práticas de avaliação após a implementação da proposta de ciclos. Márcia Aparecida Jacomini, por sua vez, utilizou documentos de três cidades cujas escolas estão organizadas em ciclos – Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre –, procurando identificar a concepção de avaliação ali defendida. Apesar dessas diferenças quanto aos procedimentos metodológicos, as três autoras chamam a atenção para a importância de se compreender que as mudanças não surgem instantaneamente a partir da implementação de uma política. Torna-se necessário dar condições e possibilidades para viabilizar os programas de ciclos. Porém, os professores precisam estar cientes das mudanças de concepção que devem atingir planejamento, currículo, organização do tempo-espço e avaliação. Chamam atenção para o fato de que, apesar das políticas de desserialização não serem suficientes para se concretizar o modelo formativo de avaliação, incitam os professores a refletirem sobre suas práticas, promovendo modificações e construção de estratégias que ajudam os alunos a superarem suas dificuldades. O modelo de ciclos é defendido, pela autora, como fundamental

* Mestre em Educação pela UFMG. E-mail: rosibetim@hotmail.com

para a concretização de práticas de avaliação capazes de romper com a lógica da reprovação.

As vozes na escola foram centrais para os estudos de Paulo Arcas, que buscou compreender os significados da avaliação para alunos paulistas que vivem o processo de implementação da Progressão Continuada. Os alunos se sentem observados e controlados a todo momento, pois exercícios, participação e cadernos passaram a compor os requisitos necessários para uma boa avaliação. O autor mostra, assim como as estudiosas acima, que apesar do regime de progressão continuada, a avaliação não deixou de ser classificatória, tornando-se apenas mais abrangente, visto que os professores passaram a utilizar diferentes instrumentos, considerando aspectos afetivos, comportamentais e cognitivos. Assim, para os alunos participantes da pesquisa, a avaliação tem como função saber “como estão indo” e “para passar de ano” (p.107), mostrando que as modificações não são facilmente perceptíveis.

Luciana Alves também encontrou nas vozes de alunos de uma turma de alfabetização (Duque de Caxias-RJ) um caminho para compreender e aplicar os fundamentos da avaliação formativa, que só é possível fora de modelos e manuais predefinidos ou da “zona de enquadramento” (p.122), como a autora afirma. Isso implica utilizar um registro de avaliação que se aproxima das cartas, por ser capaz de “descrever a diversidade e a densidade do processo de alfabetização quando se entende este além da aquisição de uma linguagem, atendo-se à dimensão política da apropriação da leitura e da escrita”. (p.122). A autora faz um relato sensível mostrando a importância de um olhar diferenciado sobre a produção escrita dos alunos, bem como de um redimensionamento das atividades que envolvem escrita. Ela buscou, assim, desafiar os alunos a escreverem textos reais, ampliando-lhes as possibilidades de aprendizado e aperfeiçoamento, sem, contudo, mensurar suas produções. Não basta, portanto, analisar resultados e instrumentos. É necessário, segundo Alves, considerar os sentidos atribuídos às experiências cotidianas. Para isso, é adequado que o professor “resignifique as histórias que circulam pelas escolas” (p.128), acolhendo as diferentes formas de aprender e buscando junto com as crianças outras formas de organizar o trabalho pedagógico.

Isabela Bilecki da Cunha utiliza em sua pesquisa as vozes de professores de uma escola municipal de São Paulo. Percebeu-se, a partir de conversas com sete professoras do Ciclo I, a adoção de avaliações diagnósticas com o intuito de verificar as capacidades e necessidades dos alunos, utilizando-se a avaliação como recurso pedagógico importante não apenas de classificação, mas também de apoio ao trabalho desenvolvido pela escola. A autora constatou que houve, a partir da implementação dos ci-

clos, alterações nos planejamentos dos professores, no currículo, mas há muito que se discutir quando se trata de avaliação.

A quarta parte do volume trata dos diálogos entre teorias e práticas, discutidos por Andrea Rosana Fetzner, Jussara Margareth de Paula Loch e Ivam Martins e Martins. Os três pesquisadores, em consonância com os estudos apresentados na parte anterior, enfatizam aspectos da política de avaliação no contexto de escola ciclada. Fetzner abre essa parte mostrando possibilidades de práticas avaliativas ocorridas no primeiro ciclo da Rede Municipal de Mesquita - RJ, em 2007, e nas escolas de educação fundamental do SESI-RJ, entre 2006 e 2008. Conclui o texto argumentando que, apesar de ocorrer, nas duas redes pesquisadas, mudanças nos instrumentos de avaliação, como o uso de portfólios e questionários de autoavaliação, a superação do caráter classificatório ainda é um grande desafio.

Loch defende que a qualidade da avaliação está no diálogo que estabelecemos com o conhecimento prévio, cotidiano, a partir do qual constituímos novos saberes, atuando na zona de desenvolvimento proximal, e aponta a escola organizada em ciclos como uma possibilidade. Para concretizar essa proposta de avaliação, segundo a autora, é necessário “um rigor metodológico muito maior e que envolve, de maneira democrática, o conjunto da sala de aula, da escola e a parceria dos pais ou responsáveis” (p.163). Os registros são o meio pelo qual a avaliação pautada na reflexão dos processos se dá, sendo capazes de apontar as intervenções e as modificações necessárias no currículo, no planejamento, no espaço/tempo da sala de aula, bem como da escola.

Martins discute a relevância e as polêmicas geradas pela política de inclusão e a implantação dos ciclos de formação. Aponta, também, algumas ligações das práticas desenvolvidas pelas escolas com as desigualdades sociais, parecendo “haver uma associação estreita entre elas.” (p.174). Assim como Esteban, ele reconhece que o ensino no Brasil atingiu a quase universalização, porém permanece com uma visão cartesiana e seletiva, que dá força à lógica da escola que reprova. Nessa perspectiva, o aluno é visto como o único responsável pelo fracasso, e os profissionais da escola e familiares passam a utilizar “a coerção como único meio de mobilizá-lo a estudar” (p.180). Para romper com isso, as escolas precisam fazer com que os alunos movam-se “por si mesmos, entendendo sua própria prática cotidiana e procurando sistematizá-la”, ajudando-os, também, a “melhorar seu domínio das situações vividas (...) em vez de substituir sua palavra por outra julgada superior (a do saber científico transmitido pelo professor)”. (p.191).

A quinta e última parte desse volume de Ci-

culos em Revista é composta por três textos que apresentam pesquisas nacionais e internacionais sobre avaliação. Elba Siqueira de Sá Barretto discute evidências da qualidade do ensino obrigatório nas escolas seriadas e nos ciclos, com base em estudos realizados no Brasil e no exterior. Ela constata que as pesquisas analisadas “aportam muito pouco a respeito dos resultados dos ciclos em termos de sua abrangência e impacto (...)” (p.201), mas as que o fazem demonstram que o rendimento dos alunos nas escolas que adotam ciclos não é um desastre como se imagina. Ela mostra, a partir de uma tabela, que a seriação ainda é o modelo majoritário no Brasil, por isso não se pode associar a baixa qualidade de ensino ao modelo de ciclos. Diante das análises das pesquisas, a autora sugere que as políticas educacionais voltadas para melhorar as condições de acesso e permanência do aluno na escola não podem estar restritas a governos específicos, mas precisam ser políticas de estado. Isso implicaria a continuidade de ações capazes de materializar princípios inclusivos e democráticos, bem como possibilitar aos docentes o aprofundamento necessário a uma prática que conjugue tais princípios.

Esse aspecto também é discutido no texto *Ciclos: inclusão escolar?*, de Sandra Zákia Sousa. Ela traz elementos de pesquisas brasileiras para discutir os impactos da organização em ciclos no processo de inclusão escolar. Para isso, utiliza dados quantitativos que trazem indícios sobre os reflexos da adoção de ciclos no fluxo e no desempenho escolar, e descrições e análises que foram elaboradas sobre as redes de ensino envolvidas nos estudos. Esclarece que o conceito de ciclos está em construção. Em consequência disso, ocorrem diversas interpretações, tanto no âmbito acadêmico quanto no político, e a avaliação tem sido a temática polêmica, já que romper com a tradicional dinâmica de reprovação traz outras reflexões sobre acesso ao conhecimento e sobre exclusão no interior da escola. Para a autora, o desafio da escola na atualidade é a construção de políticas públicas consistentes, capazes de sustentar novas formas de organização do trabalho pedagógico nas escolas, possibilitando modificações substanciais em relação à escola seriada.

Jefferson Mainardes e Ana Claudia Gomes apresentam o resultado de pesquisa que envolveu a análise de três teses e 22 dissertações sobre a avaliação da aprendizagem em programas de organização da escolaridade em ciclos. Os pesquisadores buscaram identificar as contribuições e os questionamentos sobre a avaliação nos programas de ciclos, apontados pelos trabalhos analisados. Constataram que todos esses estudos utilizaram procedimentos qualitativos como “estudos de caso, análise de documentos, entrevistas, questionários e observação” (p.237), e trazem um bom aporte teórico sobre o conceito de avaliação da aprendiza-

gem. As dissertações e teses analisadas discutem os impactos da avaliação da aprendizagem sobre as escolas em ciclos, as dificuldades encontradas pelos professores e os problemas, sendo o modelo de avaliação formativa o destaque. Os estudos em geral denunciam que as práticas avaliativas exploram de forma frágil o potencial da avaliação contínua e formativa, mantendo-se práticas seletivas, classificatórias e excludentes. Mainardes e Gomes ressaltam que a avaliação não pode ser considerada de forma isolada das demais questões que envolvem a política educacional, inclusive as concepções de escola, sociedade e ser humano que temos. Alegam assim que, por isso, as mudanças proporcionadas pela escola em ciclos “não garantem, por elas mesmas, a apropriação do conhecimento por todos os alunos, como seria esperado de uma escola efetivamente democrática”. (p.243).

O volume 4 de Ciclos em Revista torna-se, então, um importante material para as pessoas que desejam, no sentido apresentado por Seabra e Pacheco, compreender as possibilidades, os riscos, os processos, os desafios e as vozes que envolvem a avaliação educacional. É necessário, portanto, utilizar as pesquisas existentes sobre o assunto para aprofundar e abrir novas possibilidades de ação no interior da escola, reconhecendo as teorias presentes nas práticas e negando todos os modelos de avaliação que classificam, selecionam e reafirmam a exclusão social.